

MEMORANDO INTERNO N ° 143/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: QUARTILE DISRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME - ARP nº 103/2020

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **QUARTILE DISRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME**, em anexo, sobre o pedido de reequilíbrio econômico – financeiro do item **192 (LOÇÃO OLEOSA REVITALIZANTE PARA A PELE)**.

Por fim, considerando que os autos do Pregão Eletrônico nº 22/2020 encontram-se neste setor Jurídico, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo, acusando-se o recebimento logo abaixo na data da efetiva entrega. O protocolo a ser retido, por ora, será o constante no caderno de anotações de entrega e recebimento.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Atenciosamente.

Presidente Prudente, 19 de agosto de 2021


MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 19 / 08 / 2021

Setor Jurídico: 

Licitação - CIOP

De: Geraldo Neto <geraldo.neto@quartile.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 30 de julho de 2021 11:06
Para: Licitação Compra - CIOP
Cc: Marcos Gouvea; Lenira Severino; Kellen Malamão
Assunto: PEDIDO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO
Anexos: PEDIDO DE REEQUILÍBRIO - CIOP.pdf; Anexo I.pdf; Anexo II.pdf

3951
v
Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos - CIOP
RG: 42.187.355-2
19/08/2021

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Concluída

Bom dia,

Vimos mui respeitosamente protocolar pedido de reequilíbrio financeiro referente Ata de Registro de Preço Nº103/20.

Aguardamos retorno com vosso aceite para enviar proposta atualizada.

Att.

Geraldo Neto

Supervisor Técnico de Vendas



QUARTILE

Qualidade na Distribuição de Produtos Médicos

(17) 99271-9217

(17) 3234-1873 | 3234-2197

geraldo.neto@quartile.com.br

www.quartile.com.br

São José do Rio Preto, 30 de julho de 2021.

AO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

REF.: **PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº22/2020
PROCESSO Nº 34/2020

Prezados Sr. Pregoeiro (a) e Comissão de Licitação,


Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos CIOB
15.728.761/0001-31

19/08/2021

A empresa **Quartile Distribuidora de Produtos Médicos EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.728.761/0001-31, com sede à Rua Raul de Carvalho, nº. 184, Bairro Boa Vista, São José do Rio Preto/SP, vem, por intermédio do seu procurador abaixo assinado, apresentar:

PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. SÍNTESE DOS FATOS

O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista, realizou na data de 20 de outubro de 2020, Licitação nº22/2020, tendo como Objeto: Registro de preços para aquisições futuras de materiais de enfermagem para 17 (dezessete) municípios consorciados pelo prazo de 12 (doze) meses.

A empresa subscrevente sagrou-se vencedora, dentre outros, no item 129, Loção oleosa revitalizante da pele.

Em apertada síntese, o Contrato Administrativo nº103/20 teve início a partir de 04/fevereiro/2021, sendo que o prazo finda na data de 04/fevereiro. Ou seja, a vigência do instrumento contratual é de 12 meses.

Ocorre, Ilustre Presidente que o objeto do supracitado contrato, sofreu variações em seu valor, de tal modo que o preço orçado não mais se compactua com o valor de mercado, uma vez que conforme se comprovará na sequência, o valor cotado à época da licitação não supre mais os custos e insumos do contrato.

2. DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Com a finalidade de comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e demonstrar a urgente necessidade do reequilíbrio, a requerente anexou documentos que comprovam a elevação dos custos do objeto contratado, uma vez que a originalmente o valor era R\$2,65 e hoje documentos anexos, esta

Quartile Distribuidora de Produtos Médicos EIRELI EPP
Rua Raul de Carvalho, 184 - Boa Vista - São José do Rio Preto - SP - CEP 15025-300
Tel.: (17) 3234-1873 / (17) 3234-2197
e-mail: atendimento@quartile.com.br
CNPJ: 15.728.761/0001-31

requerente comprova a elevação dos custos do produto no mercado, uma vez que a marca originalmente cotada Agehospitar já hoje, o custo junto ao fornecedor está em R\$6,17.

Trata-se de impeditivo para a requerente conseguir dar continuidade ao contrato firmado com a Prefeitura, tendo em vista que o preço originalmente proposto está defasado e consequentemente, a contratada está suportando prejuízos financeiros.

Deste modo, resta evidente a necessidade do Reequilíbrio Econômico-Financeiro para a manutenção do contrato.

3. DO DIREITO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O reequilíbrio econômico-financeiro encontra-se previsto no artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei Federal 8.666/93 e possibilita a alteração contratual com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – Por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, **na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.**” (Grifo nosso)

Ademais, o artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, estabeleceu a garantia de norma fundamental ao equilíbrio econômico – financeiro:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Apesar da norma não prever de forma literal a expressão “equilíbrio econômico-financeiro”, aduz que deve ser mantida “as condições efetivas da proposta, nos termos da lei”.

Neste diapasão, Marçal Justen Filho preceitua que:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos **destina-se a beneficiar à própria Administração**. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A Administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando não

3954
V

ocorrerem o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais." JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. (São Paulo: 2018).

Joel de Menezes Niebuhr corrobora o exposto, vejamos:

"A revisão é o instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da variação de custo decorrente, em linhas gerais, de eventos imprevisíveis ou de consequências imprevisíveis. (...) A Administração não reúne forças para compelir terceiros a operarem em prejuízo ou sem lucro. Então, deve-se proceder à revisão do contrato se as condições da época da proposta são alteradas, (...)." (In Licitação Pública e Contrato Administrativo, 2ª ed., pg. 895) (grifo nosso)

A ideia de equilíbrio significa que em um contrato administrativo os encargos do contratado devem equivaler ao que é pago pela Administração Pública. Por isso se fala na existência de uma equação: a equação econômico-financeira.

É completamente temerário manter a continuidade do contrato sem que a equação financeira prevaleça, dando espaço a preços irrisórios e insuficientes para manter as despesas mínimas da empresa contratada.

Resta demonstrada, a todas as luzes, "data vênia", o desequilíbrio na equação entre despesas e receitas, seja, o Contrato merece ser revisado, e o equilíbrio econômico-financeiro deve ser realinhado.

4. REQUERIMENTOS

ISSO POSTO, requer-se:

1. A revisão do contrato para que seja implementado o reequilíbrio econômico-financeiro, conforme planilha e provas em anexo;
2. Caso assim não entenda, requer a liberação do compromisso, liberando a empresa do fornecimento do item.

Aguardamos vosso esclarecimento por meio de correspondência a ser postada para a sede da empresa, com confirmação de recebimento ou e-mail para o endereço eletrônico atendimento@quartile.com.br e nos colocamos à disposição para o que se fizer necessário.



Marcos Rogério Gouvea
Sociodiretor
RG: 20.523.116-0
CPF: 084.659.098-06

Quartile Distribuidora de Produtos Médicos EIRELI EPP
Rua Raul de Carvalho, 184 - Boa Vista - São José do Rio Preto - SP - CEP 15025-300
Tel.: (17) 3234-1873 / (17) 3234-2197
e-mail: atendimento@quartile.com.br
CNPJ: 15.728.761/0001-31

LISTA DE PRODUTOS AGE HOSPITALAR - DISTRIBUIDOR

AGESANI - AGE													
REF.	DESCRIÇÃO	QUANT.CX	NCM	PAGTO A VISTA	PRAZO MÉDIO 30	ST (%)							
						RS	SC	PR	MG	RJ	MG	AL	IPI
AGE 020	AGESANI - AGE FRASCO 20ml	48	15121919	R\$ 1,44	R\$ 1,58	-	-	-	-	-	-	-	12%
AGE 100	AGESANI - AGE FRASCO 100ml	24	15121919	R\$ 3,56	R\$ 3,89	-	-	-	-	-	-	-	12%
AGE 100 S	AGESANI - AGE FRASCO 100ml SPRAY	12	15121919	R\$ 5,20	R\$ 5,68	-	-	-	-	-	-	-	12%
AGE 200	AGESANI - AGE FRASCO 200ml	24	15121919	R\$ 5,64	R\$ 6,17	-	-	-	-	-	-	-	12%
AGE 200 S	AGESANI - AGE FRASCO 200ml SPRAY	12	15121919	R\$ 7,40	R\$ 8,09	-	-	-	-	-	-	-	12%
AGE 500	AGESANI - AGE FRASCO 500ml	12	15121919	R\$ 14,01	R\$ 15,32	-	-	-	-	-	-	-	12%

AGESANI - AGE C/ ALOE VERA, COPAÍBA E MELALEUCA

REF.	DESCRIÇÃO	QUANT.CX	NCM	PAGTO A VISTA	PRAZO MÉDIO 30	ST (%)							
						RS	SC	PR	MG	RJ	MG	AL	IPI
CM 020	AGESANI plus - AGE FRASCO 20ml	48	33019010	R\$ 2,05	R\$ 2,31	22%	15%	12%	8%	22%	8%	25%	5%
CM 100	AGESANI plus - AGE FRASCO 100ml	24	33019010	R\$ 5,07	R\$ 5,82	22%	15%	12%	8%	22%	8%	25%	5%
CM 100 S	AGESANI plus - AGE FRASCO 100ml SPRAY	12	33019010	R\$ 6,80	R\$ 7,81	22%	15%	12%	8%	22%	8%	25%	5%
CM 200	AGESANI plus - AGE FRASCO 200ml	24	33019010	R\$ 8,17	R\$ 9,38	22%	15%	12%	8%	22%	8%	25%	5%
CM 200 S	AGESANI plus - AGE FRASCO 200ml SPRAY	12	33019010	R\$ 9,40	R\$ 10,80	22%	15%	12%	8%	22%	8%	25%	5%
CM 500	AGESANI plus - AGE FRASCO 500ml	12	33019010	R\$ 21,90	R\$ 25,14	22%	15%	12%	8%	22%	8%	25%	5%

AGESANI - GAZE DE RAYON COM AGE - ESTÉRIL

REF.	DESCRIÇÃO	QUANT.CX	NCM	PAGTO A VISTA	PRAZO MÉDIO 30	ST (%)							
						RS	SC	PR	MG	RJ	MG	AL	IPI
AGE R75	AGESANI - GAZE DE RAYON COM AGE 7,5cm X 7,5cm	24	30059090	R\$ 2,24	R\$ 2,90	-	-	-	-	-	-	-	-
AGE R150	AGESANI - GAZE DE RAYON COM AGE 7,5cm X 15cm	24	30059090	R\$ 3,25	R\$ 3,54	-	-	-	-	-	-	-	-
AGE R200	AGESANI - GAZE DE RAYON COM AGE 7,5cm X 20cm	12	30059090	R\$ 4,11	R\$ 4,47	-	-	-	-	-	-	-	-
AGE R300	AGESANI - GAZE DE RAYON COM AGE 7,5cm X 30cm	12	30059090	R\$ 5,13	R\$ 5,62	-	-	-	-	-	-	-	-
AGE R400	AGESANI - GAZE DE RAYON COM AGE 7,5cm X 40cm	12	30059090	R\$ 5,82	R\$ 6,41	-	-	-	-	-	-	-	-
AGE R1500	AGESANI - GAZE DE RAYON COM AGE 7,5cm X 1,5m	1	30059090	R\$ 8,91	R\$ 9,41	-	-	-	-	-	-	-	-
AGE R2000	AGESANI - GAZE DE RAYON COM AGE 7,5cm X 2m	1	30059090	R\$ 11,06	R\$ 11,71	-	-	-	-	-	-	-	-
AGE R5000	AGESANI - GAZE DE RAYON COM AGE 7,5cm X 5m	1	30059090	R\$ 23,95	R\$ 25,56	-	-	-	-	-	-	-	-

AGESANI - SOLUÇÃO PHAMB 0,1%

REF.	DESCRIÇÃO	QUANT.CX	NCM	PAGTO A VISTA	PRAZO MÉDIO 30	ST (%)							
						RS	SC	PR	MG	RJ	MG	AL	IPI
PHMB 350	AGESANI - SOLUÇÃO PHMB 0,1% - FRASCO 350ML	12	30059090	R\$ 32,00	R\$ 35,00	-	-	-	-	-	-	-	-

Recebemos de Age Hospitalar Ltda os produtos constantes na nota fiscal indicada ao lado

NF-e

Nº 000.004.657

SÉRIE 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

AGE Hospitalar

DANFE
Documento Auxiliar
de Nota Fiscal
Eletrônica



0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

CHAVE DE ACESSO

4120 0713 0384 4500 0102 5500 1000 0046 5712 6255 2817

Age Hospitalar Ltda

Rua das Carmelitas, 702 - Hauer

CEP 81610-070 - Curitiba, Pr - Fone (41)3501-8973

Nº 000.004.657

SÉRIE 001

FOLHA 001/001

Consulta de Autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141200135964536 28/07/2020 09:59:35

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9054433805

INSCR. DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

13.038.445/0001-02

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME - RAZÃO SOCIAL

QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS - EIRELI

CNPJ / CPF

15.728.761/0001-31

DATA DE EMISSÃO

28/07/2020

ENDEREÇO

R RAUL DE CARVALHO, 184,,

Bairro / Distrito

BOA VISTA

CEP

15025300

DATA DE ENTRADA / SAÍDA

28/07/2020

MUNICÍPIO

SAO JOSE DO RIO PRETO

FONE / FAX

(17)3234-1873

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

647689516110

HORA DA SAÍDA

00:00:00

FATURA / DUPLICATA

26/08/2020	001	1.154,80
02/09/2020	002	1.154,80
09/09/2020	003	1.154,80

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
3.464,40	415,73			3.464,40
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI
				VALOR TOTAL DA NOTA
				3.464,40

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME - RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTI	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
JADLOG	1 - Dest. (FOB)				
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
101	CAIXAS	AGESANI		265,000	246,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

COD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS - SERVIÇOS	NCM	CST	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DESCONTO	VALOR TOTAL	B. CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. IPI
AGE200	AGESANI - AGE 200 ML - UNITARIO LOTE: 047/20 QTD: 1200 D.FABRIC CAO: 27/07/2020 D.VALIDADE: 27 /07/2020	15121919	000	6101	PC	1.200,0000	2,6700	3.204,00	3.204,00	384,48		12,00
AGE R075	GAZE DE RAYON COM AGE 7,5C M X 7,5CM - UNITARIO LOTE: 003/20 QTD: 120 D.FABRICA CAO: 04/03/2020 D.VALIDADE: 24/0 3/2022	30659090	000	6101	UN	120,0000	2,1700	260,40	260,40	31,25		12,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
ISENTO			

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NUM FATURA/DUPLICATA: AP004657/A, AP004657/B, AP004657/C,
OC 10
PAGAMENTO POR BOLETO

RESERVADO AO FISCO



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS. (Memorando Interno 143/2021)

ORIGEM: QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 192 - LOÇÃO OLEOSA REVITALIZANTE DA PELE A BASE DE AGE (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) COM VIT. "A" E "E" QUE AUXILIA NO PROCESSO DE PREVENÇÃO E CICATRIZAÇÃO DE ESCARAS. FRASCO 200ML; E ALTERNATIVAMENTE A RESCISÃO DO ITEM

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item 192 - LOÇÃO OLEOSA REVITALIZANTE DA PELE A BASE DE AGE (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) COM VIT. "A" E "E" QUE AUXILIA NO PROCESSO DE PREVENÇÃO E CICATRIZAÇÃO DE ESCARAS. FRASCO 200ML**, e alternativamente a rescisão do item, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP, sob a justificativa do aumento inesperado do valor trouxe um desequilíbrio econômico muito grande ao licitante.

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço do item 192 - LOÇÃO OLEOSA REVITALIZANTE DA PELE A BASE DE AGE (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) COM VIT. "A" E "E" QUE AUXILIA NO PROCESSO DE PREVENÇÃO E CICATRIZAÇÃO DE ESCARAS. FRASCO 200ML, registrado na ata do **Pregão Eletrônico nº 22/2020** e juntou documentos nota fiscal e tabela de custos.

3. Os documentos analisados são solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 192 - LOÇÃO OLEOSA REVITALIZANTE DA PELE A BASE DE AGE (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

COM VIT. "A" E "E" QUE AUXILIA NO PROCESSO DE PREVENÇÃO E CICATRIZAÇÃO DE ESCARAS. FRASCO 200ML, recebido/protocolado em 19/08/2021, bem como os documentos nota fiscal e demonstrativo de custos (fls. 3.955 e 3.956).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 192 - LOÇÃO OLEOSA REVITALIZANTE DA PELE A BASE DE AGE (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) COM VIT. "A" E "E" QUE AUXILIA NO PROCESSO DE PREVENÇÃO E CICATRIZAÇÃO DE ESCARAS. FRASCO 200ML, e alternativamente o seu cancelamento sob a justificativa do aumento do preço do item.

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do item 192 - LOÇÃO OLEOSA REVITALIZANTE DA PELE A BASE DE AGE (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) COM VIT. "A" E "E" QUE AUXILIA NO PROCESSO DE PREVENÇÃO E CICATRIZAÇÃO DE ESCARAS. FRASCO 200ML; que logrou vencedora do item na licitação em epígrafe e possui como fundamento de sua exordial o argumento de que houve um aumento do preço do item em apreço criando um desequilíbrio econômico impossível de ser suportado pelo licitante.

8. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos, notas fiscais e tabela de custos (fls. 3.954/ 3.956).

9. Eis a síntese do acostado.

10. O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

11. Inicialmente faz necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação no qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo prazo registrado, no caso de 01 (um) ano.

12. Deste modo há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

13. Desta forma, a recomposição dos valores neste registrado somente poderá ser realizada de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

14. Está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

15. Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de

3969 ✓

lucratividade relacionado a preços registrados em Ata'
(v.g. TC-002541/003/11). **Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços**". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

16. Conjugando o a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que em matéria de Ata de Registro de Preço a Administração fica proibida em realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata. Assim como para cancelar os itens é necessário demonstrar de modo acentuado fato do príncipe; fato da Administração; fato superveniente imprevisível; ou, fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

17. Deve o Requerente juntar documentação que ateste a situação de forma incontestável, constituindo em um fato com consequências incalculáveis, que não eram passíveis de previsão pelo gestor médio quando da vinculação contratual, também devendo ocasionar um rompimento severo do equilíbrio econômico-financeiro, não bastando que o contrato se torne oneroso a uma das partes.

18. Razão pela qual o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui a seguinte jurisprudência:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes".
(TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

19. Inclusive decidindo recentemente sobre o caso nos seguintes termos:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de



28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANTIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

21. Conjugando o suso exposto, em analogia ante tratarem de contratos e não de atas de registro de preço, a exigência da comprovação da alegação deve ser pormenorizada. Sendo necessária uma comprovação contumaz da alteração dos preços e o impacto que causaria.

22. Assim, para que a Administração admita o cancelamento do item, em um certame que transcorre inteiramente no período de pandemia, deverá o pedido ser instruído de forma minuciosa, demonstrando toda a alteração dos valores no mercado. Confunde em seu requerimento o equilíbrio contratual com o equilíbrio do contratado, devendo ser analisada a matriz de risco do negócio para considerar os encargos a serem suportados na atual situação econômica, sendo que a apresentação de notas fiscais tão somente comprova uma relação jurídica da qual o licitante faz parte, não corrobora o alegado à Administração, demonstrando a alteração do preço no mercado.

23. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta de cancelamento do item da empresa QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP, não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Também pela impossibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de registro de preço conforme decisão suso exposta do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

24. É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o cancelamento do item. A legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não as causas.

25. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

XIV - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

14.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência.

14.3. As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas e aplicadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio do pedido de empenho.

14.4. A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 14.5 a 14.8, nas hipóteses de mora ou inexecução do contrato.

14.5. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.6. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.7. A multa por atraso prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 14.1.

14.8. A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 14.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.9. O valor da multa serão pagos aos cofres do CIOP.

14.10. O prazo para pagamento de multa será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

14.10.1 O não pagamento da multa poderá implicar a cobrança judicial aos cofres do CIOP.

14.11. Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de de 05 (cinco) dias úteis para defesa e interposição de eventual recurso, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

14.12. As decisões e intimações serão publicadas no Diário Oficial do Estado no caso de empresa apurada não seja localizada por carta com aviso de recebimento ou e-mail, considerando-se a contagem de prazo para todos os efeitos no primeiro dia útil a partir da publicação.

14.13. As decisões sobre sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

14.14. Será considerado com endereço físico vigente da empresa Detentora da Ata aquele cadastrado no sítio eletrônico da Receita Federal.

14.15. A aplicação de eventual sanção será realizada pela Diretoria Executiva do CIOP, após relatório opinativo fundamentado da Chefia de Compras, Licitações e Contratos, responsável pela apuração.

14.16. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso em face da decisão proferida, que deverá ser endereçado ao Presidente do CIOP, que proferirá sua decisão após parecer jurídico opinativo da Diretoria Jurídica do órgão.

26. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

27. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

28. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

29. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual do item em que a empresa QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 26 de agosto de 2021.

MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
OAB/SP 155.715
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 146/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: QUARTILE DISRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME - ARP nº 103/2020

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.966/3.975, que opinou pela manutenção do preço firmado em ata e pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item nº **192 (LOÇÃO OLEOSA REVITALIZANTE PARA A PELE)**.

Presidente Prudente, 27 de agosto de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020
Interessado: QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME - ARP nº 103/2020


Trata-se de solicitação de análise do pedido de reequilíbrio econômico financeiro e, alternativamente, o cancelamento do item **192 (LOÇÃO OLEOSA REVITALIZANTE PARA A PELE)**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 103/2021, alegando, em síntese, de que houve um aumento do preço do item em apreço sendo este fortuito e inopinado.

O Setor Jurídico às fls. 3.966/3.975, opinou pela manutenção do preço firmado em ata e pelo indeferimento do pedido de rescisão do item nº 192 – loção oleosa revitalizante para a pele.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico às fls. 3.957/3.965, **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP**, possuidora do **CNPJ nº 15.728.761/0001-31**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 27 de agosto de 2021



CLÁUDIO DENNER MONTEIRO
Diretor Executivo Substituto - CIOP



DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo, Assunto: solicitação de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento do item nº 192 da ARP nº 103/2020, Pregão Eletrônico nº 22/2020. Interessada: **QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP**, possuidora do CNPJ nº 15.728.761/0001-31. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 192 - loção oleosa revitalizante para a pele, conforme fundamento acostado nos autos. Cláudio Denner Monteiro - Diretor Executivo Substituto do CIOP. Pres. Prudente, 27 de agosto de 2021.

